



EDUCATION AT A GLANCE 2015

“*Education at a Glance: OECD Indicators*” é a principal fonte de informações relevantes e precisas sobre o estado da educação ao redor do mundo. Essa publicação oferece dados sobre a estrutura, o financiamento e o desempenho de sistemas educacionais de 34 países membros da OCDE, assim como de alguns países parceiros e do G20.

A qualidade desta tradução e sua conformidade com o texto na língua original são de única responsabilidade do(s) autor(es) da tradução. No caso de qualquer discrepância entre o trabalho original e a tradução, o texto do trabalho original irá prevalecer.

Brasil

Essa “Nota sobre o País” se concentra em quatro grandes temas abordados na edição do EAG 2015: Indicadores da OCDE. Esses temas são: escolaridade, habilidades e participação no mercado de trabalho, equidade na educação e no mercado de trabalho, financiamento da educação, e a profissão docente.

A tabela com os “Principais dados do Brasil no Education at a Glance 2015” apresenta um resumo dos dados para o Brasil e a média OCDE.

Nível educacional, habilidades e participação no mercado de trabalho

A conclusão do ensino médio teve aumento significativo ao longo de diferentes gerações no Brasil e a tendência dos dados sugere que é provável que continue.

Uma maneira de observar o ritmo em que sistemas educacionais têm se expandido nos países é analisar as taxas de conclusão de diferentes gerações. Em 2013, 54% dos adultos com idade entre 25 e 64 anos não tinham completado o ensino médio no Brasil, o que é consideravelmente maior que a média OCDE de 24%. No entanto, o país apresenta uma das maiores diferenças entre gerações com relação a esse indicador: enquanto apenas 28% dos indivíduos entre 55 e 64 anos concluíram o ensino médio, o percentual aumenta para 61% entre aqueles de 25 a 34 anos. De fato, se os padrões atuais se mantiverem, mais de 60% dos jovens brasileiros podem esperar concluir o ensino médio ao longo da vida.

O Brasil também aumentou a parcela de sua população com um diploma de ensino superior, embora esse aumento venha ocorrendo em um ritmo lento. São apenas 4 pontos percentuais de diferença entre o percentual de diplomados do ensino superior para a faixa etária de 55 a 64 anos e a faixa 25 a 34 anos de idade. Entre 2009 e 2013, a parcela da população com idade entre 25 e 64 anos que concluiu o ensino superior aumentou 3 pontos percentuais, alcançando 14% em 2013. Esse nível de conclusão do ensino superior está bem abaixo da média OCDE de 34%, assim como abaixo das taxas de outros países latino-americanos, como o Chile (21%), Colômbia (22%), Costa Rica (18%) e México (19%).

O Brasil apresentou taxas de desemprego muito baixas em todos os níveis de escolaridade. Ainda que uma grande parcela dos jovens não estivesse estudando, a maioria estava empregada.

Quase dois terços dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil não estavam estudando em 2013. Entre os de 20 a 24 anos, a taxa é de 76% - a mais alta da OCDE e países parceiros com dados disponíveis. Embora o fato de estes indivíduos não estarem mais estudando seja motivo de preocupação, é importante notar que a maioria deles estava trabalhando em vez de estudando. Chegando a 52%, a taxa de emprego dos indivíduos entre 20 e 24 anos é também a mais alta entre todos os países. Isto é consistente com o fato de que em 2013 o Brasil apresentou uma taxa de desemprego bem abaixo da média OCDE para todos os níveis de escolaridade.

Ainda assim, uma grande parte da juventude brasileira permanece entre os que nem estudam nem trabalham (grupo populacional conhecido como “NEM-NEM”): mais de 20% dos indivíduos de 15 a 29 anos estavam nesse grupo em 2013. Esse valor é semelhante aos de outros países latino-americanos como Chile (19%), Colômbia (21%) e Costa Rica (19%), mas é consideravelmente acima da média OCDE de 16%.

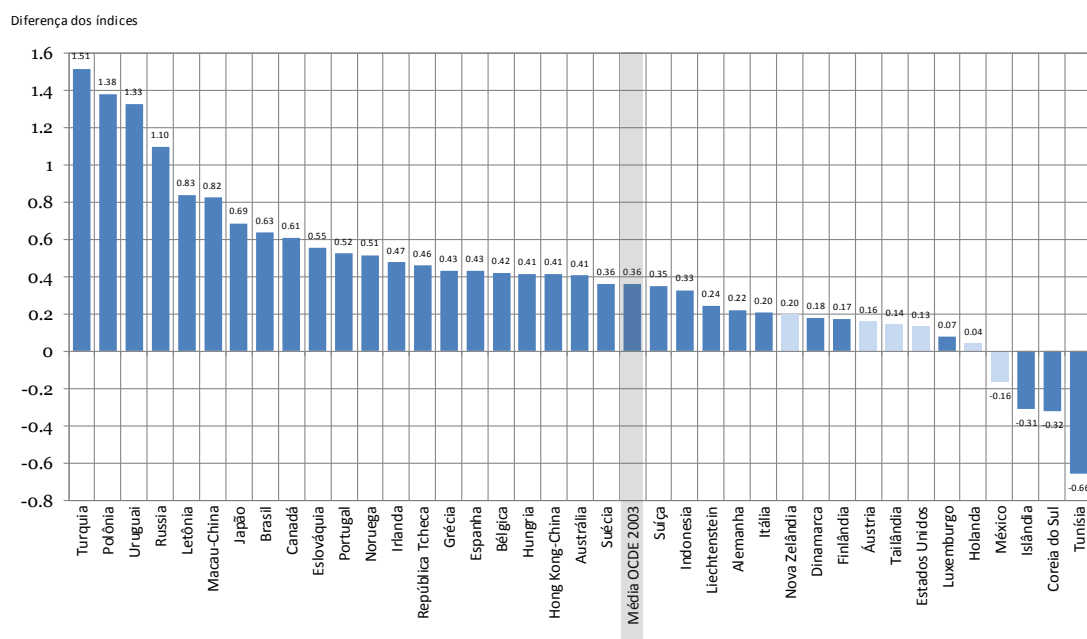
A qualidade dos recursos educacionais das escolas tem melhorado muito no Brasil desde 2003, mas a falta de computadores nas escolas pode dificultar o desenvolvimento de competências de tecnologia da informação e comunicação (TIC) entre a população.

Entre 2003 e 2012, o Brasil melhorou os recursos educacionais de suas escolas em 0.63 no índice do PISA de qualidade dos recursos educacionais das escolas, um dos maiores aumentos entre todos os países e economias participantes do PISA (ver Figura 1). Além disso, vale a pena notar que o PISA 2012 identificou que jovens de 15 anos no Brasil tendem a apresentar um melhor desempenho em leitura digital do que em leitura impressa, o que significa que aqueles que têm acesso a um computador estão comparativamente bem preparados para participar da era digital.

No entanto, em 2012 o Brasil tinha 22 alunos para cada computador, comparado com a média OCDE de 5 alunos por computador. Apesar de esta média representar uma melhoria significativa em relação a 2003, quando havia 34 alunos por computador, ela continua a ser a segunda mais alta entre os países e economias participantes do PISA. Além disso, cerca de 32% dos alunos no Brasil frequentaram escolas cujos diretores declararam que a capacidade para oferecer ensino foi prejudicada, em grande medida, por uma escassez de computadores para o ensino.

Além disso, os professores no Brasil sentem que precisam estar mais preparados para utilizar ferramentas tecnológicas no ensino. Cerca de 27% dos professores dos anos finais do ensino fundamental declararam ter um alto nível de necessidade de desenvolvimento profissional no ensino com as TIC e 37% declararam ter necessidade de desenvolvimento profissional no uso de novas tecnologias no local de trabalho. Esses percentuais estão bem acima das respectivas médias OCDE de 18% e 15% e estão entre os maiores de todos os países que participam na TALIS. TIC é um componente importante do crescimento econômico e os jovens de hoje necessitam de habilidades de utilização dessas tecnologias.

Figura 1: Mudança entre 2003 e 2012 no índice de qualidade dos recursos educacionais das escolas (por exemplo, livros didáticos, computadores para uso pedagógico, softwares de computador)



Notas: O índice de qualidade dos recursos educacionais das escolas foi derivado dos itens que medem a percepção dos diretores em relação a potenciais fatores que dificultam o ensino em sua escola (SC14, a partir do questionário da escola do PISA 2012). Os valores mais altos neste índice indicam qualidade mais alta de recursos educacionais em 2012. Barras azul escuras indicam diferença estatisticamente significativas. Para comparabilidade ao longo do tempo, os valores do PISA 2003 para o índice de qualidade dos recursos educacionais das escolas foi redimensionado para a escala do PISA 2012.

Os países estão classificados por ordem decrescente de acordo com a variação entre 2003 e 2012 no índice de qualidade dos recursos educacionais das escolas.

Fonte: OCDE. Tabela D8.2.

Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933284698> (Education at a Glance, Chart D8.2)

No entanto, os relatórios do PISA constataram que garantir que as crianças tenham proficiência em leitura e matemática contribuirá mais para criar igualdade de oportunidades em um mundo digital do que simplesmente expandir o acesso a dispositivos tecnológicos.

Equidade na educação e no mercado de trabalho

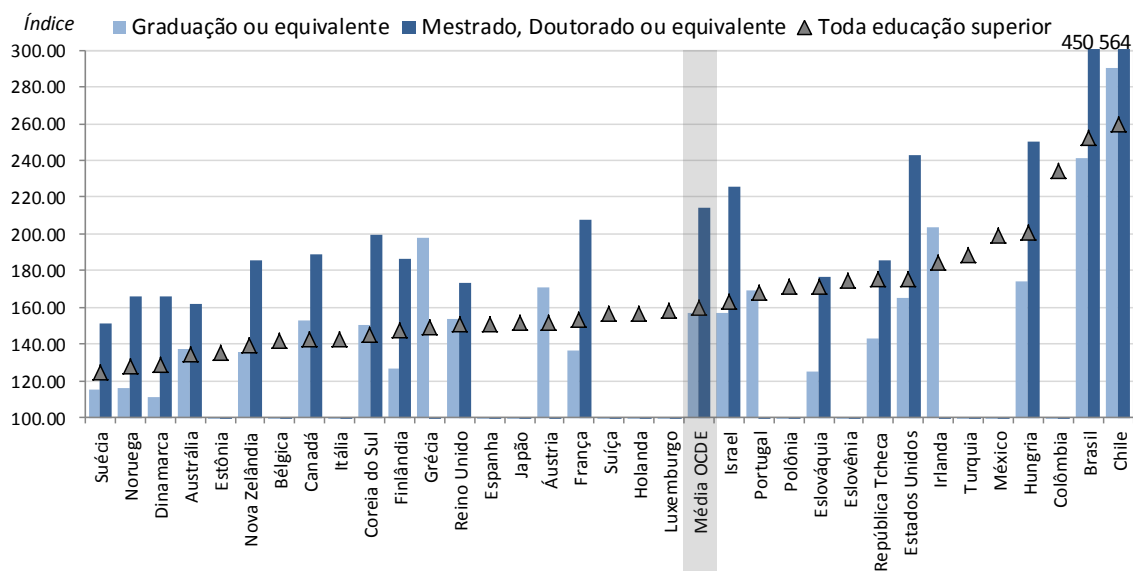
No Brasil, tanto gênero quanto escolaridade afeta significativamente os rendimentos dos trabalhadores.

Homens e mulheres com nível de escolaridade semelhante encaram elevadas disparidades de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro. A renda média de uma mulher com educação superior representa apenas 62% da renda média de um homem com o mesmo nível de escolaridade. Essa é, juntamente com o Chile, a maior diferença salarial de gênero entre todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis. De fato, ao passo que 72% de homens com ensino superior ganham mais que duas vezes a média de renda nacional, o mesmo é verdadeiro para apenas 51% das mulheres com ensino superior. A desigualdade de renda entre gêneros é igualmente grande entre homens e mulheres cujo nível mais alto de escolaridade é ensino médio regular ou educação profissional.

A disparidade de renda também é alta entre trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade. Indivíduos com idades entre 25 e 64 anos que tenham diploma de educação

superior ganham em média 141% a mais que os trabalhadores que só têm ensino médio. Isso é mais do que o dobro da média OCDE de 57%. A diferença é ainda maior entre trabalhadores com ensino médio e aqueles com mestrado, doutorado ou equivalente: este último grupo ganha 350% a mais que o anterior. De todos os países com dados disponíveis, apenas o Chile tem uma diferença ainda maior (ver Figura 2).

Figura 2: Renda relativa dos trabalhadores com educação superior, por nível de educação superior (2013)



Nota: Educação superior inclui cursos sequenciais, graduação, mestrado, doutorado ou diplomas equivalentes.

1. Austrália, Canadá, Finlândia, Japão, México, Polónia, Espanha: Ano de referência 2012.
2. Bélgica, Brasil, Estônia, Luxemburgo, Suíça: Índice 100 se refere a combinação entre os níveis de escolarização 3 e 4 da classificação ISCED 2011.
3. Chile, França, Itália: Ano de referência 2011.
4. Reino Unido: Dados de escolarização de nível médio inclui a conclusão de um padrão e volume suficiente de programas que seriam classificados individualmente como programas intermediários de ensino médio (18% dos adultos estão nesse grupo).
5. Japão, México, Holanda, Polónia: Índice 100 se refere a combinação entre os níveis de escolarização 3 e 4 da classificação do ISCED 97.
6. Áustria: Dados de mestrado, doutorado ou equivalente estão incluídos em dados de graduação ou equivalente.
7. Holanda: Ano de referência 2010.
8. Irlanda, Turquia: Renda líquida do imposto de renda

Os países estão classificados em ordem crescente de acordo com a renda relativa dos trabalhadores com idade entre 25 e 64 anos com educação superior.

Fonte: OCDE. Tabela A6.1a.

Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933283686> (Education at a Glance, Chart A6.1)

O Brasil tem um sistema de educação infantil relativamente amplo e cuja maior parte tem financiamento público. No entanto, as taxas de matrícula das crianças de 3 a 5 anos continuam muito aquém das taxas da maioria dos países.

Na nova Classificação Internacional Padronizada da Educação (ISCED, do inglês “*International Standard Classification of Education*”, 2011), o nível 0, referente à educação infantil, foi expandido para incluir também creche, designada para crianças com idade inferior a 3 anos. Em 2013, no Brasil, aproximadamente uma a cada três crianças de 2 anos frequentava creche, o que é próximo da média OCDE de 33% e superior às médias do Chile (27%) e do México (5%). No entanto, as taxas de matrícula não aumentam tão rapidamente com a idade no Brasil quanto aumenta na maioria dos países da OCDE com dados disponíveis. Em 2013 a taxa de matrícula foi de 53% para as crianças de 3 anos, 70% para as de 4 anos, 88% para as de 5 anos e 95% para as de 6 anos de idade. Essas taxas estão todas abaixo das médias OCDE de 74%, 88%, 95% e 97%, respectivamente.

O investimento público total nesse nível educacional representa 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que está bem abaixo da média OCDE de 0,8%. Em 2013, o governo brasileiro aprovou uma lei federal que estabelece educação obrigatória para a faixa etária de 4 até 17 anos de idade (anteriormente, a educação era obrigatória somente para o ensino fundamental, que corresponde aproximadamente à faixa de 6 a 14 anos de idade).

No Brasil, a grande maioria dos alunos da creche ao ensino médio está matriculada em instituições da rede pública. No entanto, o cenário é invertido na educação superior, na qual três em cada quatro estudantes estão matriculados em instituições da rede privada.

No Brasil, a maioria das crianças que frequenta a creche ou a pré-escola está matriculada em instituições públicas: 63% das crianças da creche e 75% das crianças da pré-escola. Os dois percentuais estão acima da média OCDE para cada nível. Nos anos iniciais do ensino fundamental, 84% dos alunos estão matriculados em instituições públicas no Brasil. O mesmo acontece para 88% dos alunos dos anos finais do ensino fundamental e 86% no ensino médio, sendo que ambas as taxas são superiores às respectivas médias OCDE de 86% e 81%. No entanto, apenas 26% das matrículas em cursos de bacharelado, licenciatura, mestrado, doutorado ou equivalentes estão em instituições públicas, contrastando com a maioria dos países da OCDE, onde, em média, quase 70% dos alunos estão matriculados em instituições públicas.

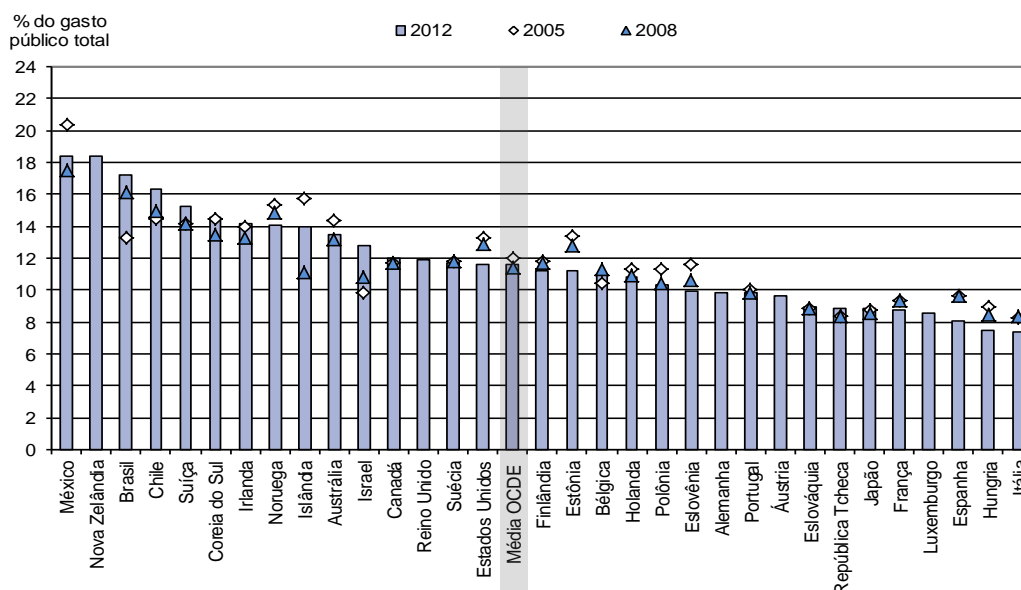
Esta alta proporção de instituições privadas na educação superior pode suscitar preocupações relativas à equidade, considerando que instituições públicas de ensino superior no Brasil não apenas isentam os estudantes da mensalidade como também são reconhecidas por sua excelência acadêmica. O governo brasileiro recentemente adotou algumas medidas para promover mais equidade no acesso a essas instituições públicas de educação superior. Em 2012, foi aprovada uma lei que reserva 50% das vagas em universidades federais e institutos federais de educação superior para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Desses 50%, metade das vagas é reservada para estudantes que, além disso, tenham uma renda familiar per capita menor que um salário mínimo e meio. A lei também prevê a reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas de acordo com o percentual desse grupo na população da unidade da federação onde a instituição está localizada.

Financiamento da educação

O gasto público em educação tem aumentado no Brasil, e a parcela dedicada à educação no gasto público brasileiro é maior do que quase todos os países e parceiros da OCDE.

O Brasil destina 17,2% dos seus gastos públicos à educação, do nível de educação básica à educação superior. Somente o México e a Nova Zelândia – ambos com 18,4% - destinam uma proporção maior dos gastos públicos às instituições de ensino. Além disso, o gasto público em instituições de educação superior como percentual do gasto público total aumentou 49% entre 2005 e 2012, o que é bem acima do aumento médio da OCDE de 33%. O aumento foi ainda mais acentuado em instituições de ensino fundamental e médio. A proporção de gasto público nesses níveis aumentou 82% no mesmo período, o maior aumento entre todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis.

Figure 3: Gasto público total do ensino fundamental à educação superior como percentual do gasto público total (2005, 2008, 2012)



Os países estão classificados por ordem decrescente de acordo com o gasto público total do ensino fundamental à educação superior como percentual do gasto público total em 2012.

Fonte: OCDE. Tabela B4.2.

Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933284022> (Education at a Glance, Chart B4.1)

Embora o investimento público em instituições públicas tenha aumentado em todos os níveis educacionais no Brasil entre 2005 e 2012, o gasto público anual por aluno de instituições públicas cresceu 110% na educação básica, mas caiu 7% na educação superior. Estes números contrastantes refletem uma redução de 13% das matrículas na educação primária e um aumento de 60% na educação superior. Combinados, o gasto público anual por aluno da educação básica a superior é de 3.441 dólares americanos¹, isto é, 5.876 dólares a menos que a média OCDE.

Em 2012, o gasto público brasileiro em instituições da educação básica a superior representou 5,6% do PIB. Essa proporção é consideravelmente maior que a média OCDE de 4,7%, e é a quinta mais alta entre todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis.

A profissão docente

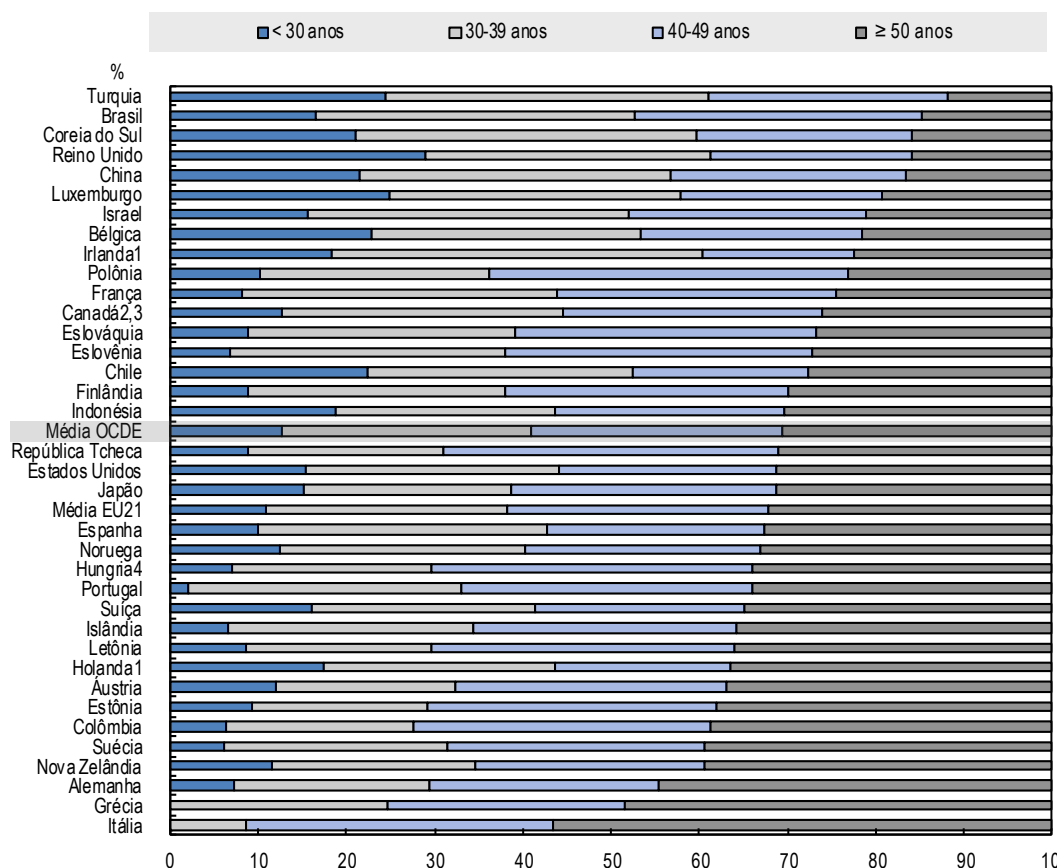
O Brasil tem uma das forças de trabalho docente mais jovem entre todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis.

Mais da metade dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental tem menos do que 40 anos de idade e apenas 15% deles tem mais do que 50 anos. De fato, o Brasil tem a segunda menor proporção de professores nos anos iniciais do ensino fundamental com mais de 50 anos entre todos os países e parceiros da OCDE (ver Figura 4). O padrão é similar para os anos finais do ensino final e ensino médio, mais da metade dos professores tem menos do que 40 anos, enquanto a proporção com idade superior a 50 anos permanece abaixo dos 20%. A juventude

¹ Valores apresentados em dólares americanos (USD) foram convertidos usando paridade do poder de compra (PPP, do inglês *Purchasing Power Parity*)

relativa do conjunto de professores brasileiros contrasta com a maioria dos países da OCDE, onde o envelhecimento da força de trabalho docente suscita preocupações importantes sobre os custos dos salários e a oferta de professores.

Figure 4: Distribuição de idade dos professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2013)



1. Somente instituições públicas.
2. Ano de referência 2012.
3. Inclui pré-primário e anos finais.
4. Inclui dados de pessoal de gestão.

Os países estão classificados em ordem crescente de acordo com o percentual de professores de 50 anos de idade ou mais nos anos iniciais.

Fonte: OCDE. Tabela D5.1.

Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933284530> (Education at a Glance, Chart D5.1)

Instituições de ensino no Brasil destinam uma parcela relativamente baixa do gasto total com pagamento de pessoal, o que pode refletir altas taxas de aluno por professor e baixos salários iniciais.

No Brasil, as instituições de educação básica destinam um percentual abaixo da média para os seus gastos com remuneração de pessoal. Para os anos iniciais do ensino fundamental, cerca de 73% das despesas correntes são destinadas à remuneração de pessoal, bem abaixo da média OCDE de 79% e um padrão semelhante se repete nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Embora não haja uma relação direta, esses valores podem refletir o nível dos salários dos professores dessas etapas de educação no Brasil. Salários iniciais para professores com qualificação mínima são os mesmos para cada nível desde a pré-escola até o ensino médio e estão entre os mais baixos para todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis. A média de salário inicial para professores da pré-escola entre os países da OCDE é mais do que o dobro do que os professores ganham no Brasil e a diferença cresce nos níveis mais elevados de educação. Os salários iniciais dos professores no Brasil também são menores do que em outros países latino-americanos como Chile, Colômbia e México para todos os níveis educacionais, desde a pré-escola até o ensino médio. É importante notar, no entanto, que esses salários referem-se ao piso salarial estabelecido por lei federal – os salários reais podem variar amplamente entre os diferentes estados e municípios.

Além dos baixos salários, a baixa parcela de gastos com remuneração de pessoal também reflete o fato do Brasil ter relativamente mais estudantes por professor em todos os níveis educacionais. São 21 alunos por professor nos anos iniciais do ensino fundamental, 17 nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, e 27 em educação superior, todos os índices no Brasil são consideravelmente acima das respectivas médias OCDE.

Comparações subnacionais

O *Education at a Glance* oferece uma compilação avalizada de comparação internacional de estatísticas educacionais essenciais. Ao passo em que países atingem valores específicos nessas comparações, os leitores não devem supor que os próprios países são homogêneos. As médias dos países incluem variações significativas entre suas entidades subnacionais.

Gestores regionais de políticas podem se beneficiar mais das comparações apresentadas no *Education at a Glance* ao comparar os resultados de suas próprias áreas subnacionais com os dados nacionais e de outros países. Com essa finalidade, a OCDE com o apoio do Centro Nacional para Estatísticas Educacionais dos EUA (*US National Center for Education Statistics*) está, pela primeira vez, disponibilizando dados subnacionais para seis indicadores do *Education at a Glance* nesta edição (ver <http://nces.ed.gov/surveys/annualreports/oecd/index.asp>). Estes incluem dados de escolarização por faixa etária (Indicador A1), taxas de desemprego por escolarização (Indicador A5), gastos anuais por estudante (Indicador B1), taxas de matrícula por faixa etária (Indicador C1), taxas de matrícula na creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental (Indicador C2) e taxas de matrícula e situação de trabalho pra jovens e adultos de 15 a 29 anos (Indicador C5).

Dez países participaram nessa coleta piloto de estimativas subnacionais oferecendo informações para alguns ou todos os indicadores incluídos: Bélgica, Brasil, Canadá, Alemanha, Irlanda, Rússia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Estados Unidos. Estimativas subnacionais foram fornecidas pelos países que utilizaram fontes de dados nacionais ou foram calculadas pela Eurostat usando dados NUTS2.

Apesar da diferença entre os maiores e menores valores entre os países, em média, ser maior que a variação interna da maioria dos países, as diferenças foram significativas dentro de cada país tanto em países federais quanto não-federais. Por exemplo, para o indicador de conclusão da educação superior, a razão entre a primeira e a última entidade subnacional, dentro dos países, foi próxima do dobro ou maior em vários países participantes da coleta-piloto.

Referência:

OECD (2015), *Education at a Glance 2015: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2015-en>.


Este trabalho é publicado sob a responsabilidade da Secretaria Geral da OCDE. As opiniões expressadas e os argumentos empregados não necessariamente refletem a visão oficial dos países membros da OCDE.

Este documento e qualquer outro mapa incluído a esse respeito não trazem prejuízo ao status de soberania de qualquer território, à limitação das fronteiras internacionais e ao nome de qualquer território, cidade ou área.

Nota sobre os dados de Israel

Os dados estatísticos de Israel são fornecidos e estão sob a responsabilidade das autoridades israelitas competentes. O uso desses dados pela OCDE não prejudica a situação das Colinas de Golã, Jerusalém Oriental e os assentamentos israelenses na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

Para maiores informações sobre o *Education at a Glance 2014* e acesso ao conjunto completo de indicadores, visite www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm

Dados atualizados podem ser encontrados online no endereço <http://dx.doi.org/10.1787/eag-data-en> e por meio do *StatLinks*  embaixo das tabelas e gráficos na publicação.

Explore, compare e visualize mais dados e análises usando:



<http://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=BRA&treshold=10&topic=EO>

<p>Perguntas podem ser encaminhadas diretamente a: Camila de Moraes e Corinne Heckmann Directorate for Education and Skills camila.demoraes@oecd.org corinne.heckmann@oecd.org</p>	<p>Autores da nota sobre o país: Camila de Moraes e João Mariano Collet Directorate for Education and Skills camila.demoraes@oecd.org joao.collet@oecd.org</p>
<p>Publicado originalmente pela OCDE em língua inglesa com o seguinte título: OECD (2015), "Brazil", in Education at a Glance 2015: OECD Indicators, OECD Publishing All rights reserved.</p> <p>© 2015 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Brasil para essa edição em língua portuguesa</p>	

Principais dados do Brasil no Education at a Glance 2015

Tabela	Indicador	Brasil	Média OCDE
Acesso à Educação e Resultados			
Taxas de Matrículas			
C2.1	3 anos (na educação infantil)	53%	74%
Mais alto nível de escolaridade alcançado - 25 a 64 anos			
A1.4a	Inferior ao ensino médio	54%	24%
	Ensino médio	33%	43%
	Educação Superior	14%	34%
Mais alto nível de escolaridade alcançado - 25 a 64 anos (desagregação por nível superior)			
A1.1a	Curso sequencial de formação específica	**	8%
	Graduação ou equivalente	14%	16%
	Mestrado ou equivalente	**	11%
	Doutorado ou equivalente	**	1%
Taxas de entrada e de conclusão			
C3.1	Percentual de jovens de hoje que se espera ingressar na educação superior pelo menos uma vez ao longo da vida	**	67%
A3.1	Percentual de jovens de hoje que se espera concluir a graduação ou curso equivalente ao longo da vida	**	36%
Resultados Econômicos e do Mercado de Trabalho			
Taxa de desemprego - 25 a 64 anos			
A5.4a	Inferior a ensino médio	4.5%	12.8%
	Ensino médio	5.6%	7.7%
	Educação Superior	2.9%	5.1%
Rendimento médio da população de 25 a 64 anos com educação superior concluída (ensino médio = 100)			
A6.1a	Curso sequencial de formação específica	**	125
	Graduação ou equivalente	241	157
	Mestrado, doutorado ou equivalente	450	214
	Toda educação superior	252	160
Percentual de jovens e adultos de 15 a 29 anos que nem estudam nem trabalham (NEM-NEM)			
C5.2b	Homem	12.7%	13.2%
	Mulher	27.9%	17.9%
Investimento Financeiro em Educação			
Gasto anual por aluno (valores em USD usando o PPP)			
B1.1a	Anos iniciais do ensino fundamental	3095 USD	8247 USD
	Anos finais do ensino fundamental e ensino médio	3020 USD	9518 USD
	Educação Superior (including R&D activities)	10455 USD	15028 USD
Gasto total em instituições educacionais (do ensino fundamental ao doutorado)			
B2.2	Como percentual do PIB	5.6%	5.2%
Gasto total em educação do ensino fundamental ao doutorado			
B4.2	Como percentual do gasto público total	17.2%	11.6%
Escolas e Professores			
Razão aluno por professor			
D2.2	Anos iniciais do ensino fundamental	21 students per teacher	15 students per teacher
	Anos finais do ensino fundamental e ensino médio	17 students per teacher	13 students per teacher
Média do salário real dos professores			
D3.4	Professores da pré-escola	**	37798 USD
	Professores dos anos iniciais do ensino fundamental	**	41248 USD
	Professores dos anos finais do ensino fundametal	**	43626 USD
	Professores do ensino médio	**	47702 USD

O ano de referência é o ano citado ou o último ano com dados disponíveis.

** Consulte a tabela de origem para obter detalhes sobre esses dados.